

Defe, 15 anos de luta e história

O que seria da educação sem ele?

JOSÉ CARLOS BUENO DO PRADO*
JOÃO ALEXANDRINO DE OLIVEIRA**
MARCELO CHAGAS***

RESUMO: Considerando a história da luta pelo reconhecimento dos funcionários de escola, o artigo mostra que sua trajetória perpassa pela insistente participação desses profissionais para a construção de sua identidade, pelas vitórias lideradas pelo Departamento dos Funcionários da Educação (Defe) e pela própria construção da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE).

Palavras-chave: Funcionário de Escola. Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). Sindicalismo. História da educação brasileira. Identidade profissional.

Introdução

Para iniciar este breve histórico de uma categoria que assume importante papel na educação pública brasileira - ou seja, trabalhadores e trabalhadoras que constroem sistematicamente uma luta viva e com inúmeros participantes e expectadores -, temos que traçar um recorte cronológico da organização que sempre buscou o seu reconhecimento.

Se a geração de educadores atual presencia uma série de conquistas oriundas do empenho coletivo, através da CNTE e seus sindicatos de base, a história testemunha

* Funcionário de Escola da Rede Pública de Educação de São Paulo e Secretário Adjunto de Política Sindical da CNTE. *E-mail:* <zezinho@afuse.org.br>.

** Funcionário de Escola da Rede Pública de Educação de Pernambuco e Coordenador Nacional do Departamento de Funcionários de Escola (Defe) da CNTE. *E-mail:* <alexandrino.defe@ig.com.br>.

*** Jornalista. Assessor do Sindicato dos Funcionários e Servidores da Educação do Estado de São Paulo (Afuse/SP). *E-mail:* <marcelochagas13@gmail.com>.

e nos remete para a quase quadruplicação da população entre os anos 1930 e 1980 do século passado, quando passamos de 33 milhões para cerca de 150 milhões de habitantes, tendo inclusive uma nova redistribuição populacional, desta vez com uma enorme concentração nos grandes centros.

Esta nova realidade do País, articulado a outras mudanças sociais, culturais, econômicas e políticas, propiciou transformações no campo das políticas sociais e nas gestões governamentais, destacando-se a busca de novos contornos e adequação ao sistema educacional, diante do crescimento da demanda e das unidades de ensino institucionalizadas.

Mas como a escola pública se manteria com um *staff* de profissionais majoritariamente voltados para ato de educar restrito às salas de aula? É sob essa égide que ingressam neste segmento outros trabalhadores, com funções complementares e que já buscavam uma identidade através das afirmações de que a educação deve ser edificada a partir da lógica de que a escola se constitui de vários ambientes, espaços formativos e, portanto, pedagógicos, em que todos têm sua parcela na construção da cidadania. Essa compreensão ampla contribui para a construção da identidade dos funcionários da educação.

Uma bela experiência sindical

A organização sindical dos trabalhadores sempre esteve à frente dos nossos avanços e conquistas. Na educação a coisa não se deu de maneira diferente.

Desde meados de 1945, surgiram as primeiras associações de classe dos professores. De lá para cá, a Confederação dos Professores do Brasil (CPB), em seu XXII Congresso, ocorrido em 1989, em Campinas/SP, aprova indicativamente sua unificação com a Federação de Supervisores Escolares (Fenase), a Federação Nacional dos Orientadores Educacionais (Fenoe) e a Coordenação Nacional de Funcionários (Conafep). Com isso, seguindo sua vocação de luta e resistência, a educação brasileira, já em 1990, estruturava a mais bela experiência sindical ocorrida no século XX: a CNTE.

Embora tenha sido uma imperativa realidade ocorrida no âmbito dos sindicatos e, certamente, dentro da nossa Confederação, era preciso corrigir uma postura ainda ególatra da sociedade brasileira e de seus governantes, uma vez que a educação pública tinha sido construída sob a visão do docente. Logicamente este debate tomou conta do cenário institucional da CNTE.

Muito prazer, eu existo!

O ano era 1995. O local eram as escadarias da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na cidade de Porto Alegre. Ali, centenas de funcionários e funcionárias da educação se reuniam para dar início a um eminente debate, com ênfase em três pontos cruciais: a) a não consolidação do processo de unificação dos trabalhadores em educação; b) a organização da categoria em suas entidades; c) a falta de identidade dos funcionários.

Para cada um dos óbices era preciso uma ação, mas sabíamos, à época, que nenhuma atitude poderia ser isolada, contida em segmentos distintos de propostas. E assim nasceu o Departamento dos Funcionários da Educação da CNTE (o Defe), sob vozes embargadas de companheiras e companheiros, como Dalvani Lellis e Jorge Pereira, ambos da Afuse/SP, falecidos naquele mesmo ano, em setembro e dezembro, respectivamente. Outras vozes se juntaram aos manifestos, como a da companheira Maria do Livramento, do Sae/DF.

Ainda em 1995, foi realizado o I Encontro Nacional dos Funcionários da Educação, patrocinado pela CNTE, na cidade de Brasília/DF, ocasião na qual os assuntos pendentes ganhavam força de argumentos, transformando-se em propostas efetivas de mudanças e históricas bandeiras da categoria, como, por exemplo, a participação de funcionários nas instâncias de direção.

Em 1999, em mais um Encontro Nacional dos Funcionários da Educação, em Brasília, a profissionalização dos trabalhadoresurgia na conjuntura, baseando-se em experiências realizadas no Distrito Federal e no Mato Grosso, passando, ainda, por debates sobre a profissionalização iniciados em estados como Goiás, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Rio de Janeiro e Tocantins. Em outros estados da Federação presentes nesta atividade este assunto não havia assumido proporções de negociação com os governos estaduais. Nos anos seguintes, a luta ainda passaria por longas batalhas, voltadas à triste realidade não favorável aos funcionários da educação, uma vez que o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef), bem como o Plano Nacional de Educação (PNE) não reconheciam a categoria como profissionais envolvidos no processo educacional;

Os anos de chumbo da educação brasileira

As políticas educacionais adotadas pelo neoliberalismo aprofundavam as desigualdades e deficiências da educação e comprometiam os esforços dos que buscavam melhorias no sistema educacional, fossem elas para os trabalhadores ou para a sociedade. Mas o “rolo compressor” era implacável. O projeto estratégico neoliberal

insistia em adotar critérios mercadológicos para a educação no que dizia respeito a eficiência e produtividade, em detrimento dos valores humanistas, que dão fundamento e sentido à educação enquanto instrumento de construção social do conhecimento e formação da cidadania.

Se a educação de maneira geral enfrentava diversos obstáculos em sua autoafirmação como projeto articulado, os funcionários, especificamente, conviviam com o descaso. Considerada mal formada, desvalorizada salarial e profissionalmente, a categoria era a grande ausente nas discussões nacionais, estaduais e municipais para a então definição de uma política educacional abrangente e democrática, o que a tornava mera executora de medidas impostas ao cotidiano escolar. O resultado era notório: um profundo estado de “coma” organizacional, fazendo com que suas respostas não ultrapassassem a barreira do acréscimo de novas funções às velhas. Em uma circunstância como essa, evidentemente qualquer iniciativa de melhoria no ensino negligenciava este segmento profissional.

Mas o Departamento dos Funcionários da Educação da CNTE precisava elevar o discurso nas questões que comprometiam os funcionários da educação. Esse convencimento não passava apenas pela atitude de externar os problemas do setor. Foi providencial a insistência do Departamento dos Funcionários da Educação no envolvimento das direções sindicais ligadas à educação nos debates em torno das peculiaridades desses trabalhadores, que versava sobre a erradicação do parco raciocínio de que a nutrição, a organização de uma fila, a sistematização do processo administrativo da escola, a zeladoria física dos ambientes, entre outras, não tratavam de demandas educacionais.

Organizar para avançar

Em cada uma das atividades promovidas pela CNTE, específicas ou não, lá estavam os funcionários da educação com sua garra e vontade de mudança, ambas estampadas nos rostos de alegria quando obtínhamos um avanço ou na tristeza latente quando a negativa se sobrepunha à necessidade. Mas a despeito desse quadro complexo, a luta continuava e nada foi suficiente para concretizar a desistência desses profissionais em busca do seu reconhecimento e identidade.

Mobilizações estaduais ou nacionais “pipocavam” a todo o momento, objetivando colocar na “ordem do dia” a justa discussão sobre a profissionalização, municipalização, escolaridade, terceirização etc. Agendas institucionais eram sugeridas para tratar de um Plano Nacional de Carreira, Piso Salarial, Profissionalização, matriz curricular para curso superior. Mas as ações lutas não paravam por aí. A agenda da luta também declinava para a necessidade de que os funcionários fossem lotados nas

secretárias de educação e não mais em outras pastas, como, por exemplo, a administração, para as condições de trabalho e a saúde dos funcionários, e, não menos importante, a terceirização. Enfim, não se perdia de vista que as demandas de educação no Brasil são imensas, que os problemas são complexos, envolvendo diferentes agendas, e, neste contexto, destacava-se a luta pela valorização dos educadores (funcionários, professores, pedagogos), articulada, necessariamente, a uma formação sólida, com habilitação específica em nível médio e superior, batizada por salários dignos.

Avançar para conquistar

A história do Defe se vincula à trajetória de luta dos movimentos sociais e partidos progressistas. Deste movimento surgiram lideranças políticas, sindicais e parlamentares, engajadas na luta em prol da construção de um Estado Democrático de Direito e da garantia dos direitos sociais, entre eles o direito à educação. Da nossa organização concisa e permanente, resultaram ações e concretizações que atualmente pressupõem uma maneira diferenciada de encarar a importância do trabalho desenvolvido pelos funcionários. A CNTE, inclusiva e atuante como sempre se mostrou, estabeleceu em seu cotidiano uma “sintonia fina” para com os anseios desses trabalhadores, que hoje são, reconhecidamente, profissionais. Falamos, sim, de mais de um milhão de pais e mães de famílias que hoje vêm em sua profissão perspectivas de crescimento e avanços significativos. Um sentimento já alavancado pela criação da 21ª área profissional, em uma resolução histórica do Conselho Nacional de Educação, específica para os funcionários da educação.

Quando, em 6 de agosto de 2009, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei nº 12.014¹, de 2009 (BRASIL, 2009), alterando o artigo 61 da LDB (BRASIL, 1996) e inserindo a norma que reconhece os funcionários de escola habilitados como educadores. Desta forma, o texto insere os funcionários de escola na categoria de profissionais da educação escolar básica, juntamente com os professores e pedagogos.

Em outras palavras, momentos como esse nos deixam mais obstinados pela certeza da vitória. Pela certeza de que muitos companheiros e muitas companheiras que ainda convivem entre nós ou que já não fazem parte mais deste plano, não empregaram seu esforço por uma causa em vão. Não relegaram ao segundo ou terceiro planos suas questões pessoais e familiares por uma situação de perdas e danos.

Para nós, funcionários da educação, a luta que segue é árdua. Ainda está sob nossa responsabilidade registrar as demandas emergenciais pelo seu caráter renovador. E buscar uma conjuntura que obrigue todos os estados a assumir a profissionalização, bem como a definição de um percentual do PIB a ser aplicado na educação, uma vez que permanece o veto do então presidente FHC aos 10% apontados pelo PNE

atual. Na verdade, nossa intenção continua sendo a de que o Brasil opte pela educação, não no sentido de que seja a redentora da sociedade, mas na perspectiva de que possa contribuir com o processo de formação e de luta política, especialmente para as classes populares, de modo a efetivamente contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, avançando nas políticas bem-sucedidas adotadas pelo governo federal. Trata-se, pois, de beneficiar uma reconhecida composição da sociedade brasileira.

Os passos do Defe continuarão largamente na direção do investimento no ser humano, invertendo a lógica mundial que apregoa a efetivação de uma sociedade economicamente estável, mas perpetuando um modelo de organização social injusto.

Os funcionários da educação - educadores que são - continuarão brindando a vida através da luta nossa de cada dia, assim como descreve o coordenador nacional do Defe, João Alexandrino, em doces palavras traduzidas em seu poema:

*Um grito, uma conquista.
Ouvi um grito
Chamando por liberdade
Não era grito comum
Mas cheio de ansiedade
Era um grito tão profundo
Um pouco desesperado
De quem, sem esperança,
E muito desenganado
Gritava constantemente
Sem nunca ser escutado
Depois de muitas lutas
Fervorosas e acirradas
Eu vejo em toda a história
A marca determinada
CNTE e Defe
Sempre na mesma estrada
Seja indo ou voltando
Em greve, parada ou marcha
Essa bandeira de luta
Hoje valorizada
Parabéns, funcionários
Pela conquista arretada.*

Nossas homenagens: Jorge – *in memoriam* (SP), Dalvani – *in memoriam* (SP), Fátima Cleide (RO), Livramento (DF), Robson (RJ), Reinaldo (SP), Jason (DF), Myron (DF), Danilo (RJ), Silvinia (TO), Manoelzinho (RO), Cleudiva (GO), Valdivino (PR), Zezinho (SP) e Alexandrino (PE), além de cada um e cada uma que contribuíram para chegarmos aonde estamos.

Recebido em outubro de 2009 e aprovado em janeiro de 2010.

Notas

- 1 A Lei nº 12.014, de 2009 (BRASIL, 2009), é originária do Projeto de Lei do Senado nº 507, de 2003 (BRASIL, 2003), de autoria da Senadora Fátima Cleide (PT/RO) que é funcionária de escola do ex-Território Federal de Rondônia e foi dirigente da CNTE. A Senadora sempre teve uma postura digna de uma companheira de movimento, pois sua trajetória política é de defesa intransigente dos direitos dos funcionários de escola.

Referências

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm>. Acesso em: out. 2009.

_____. **Lei nº 12.014, de 6 de agosto de 2009.** Altera o Artigo 61 da Lei 9.394, de 1996, com a finalidade de discriminar as categorias de trabalhadores que se devem considerar profissionais da educação. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/legislacao>>. Acesso em: out. 2009.

_____. **Projeto de Lei do Senado nº 507 de 2003.** Modifica o artigo 61 da Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, com a finalidade de discriminar as categorias de trabalhadores que se devem considerar profissionais da educação. Disponível em: <www.senado.gov.br>. Acesso em: jan. 2010.

Bibliografia

CONGRESSO ESTADUAL DA AFUSE/SP: democracia e cidadania, 18., 2006, Peruíbe, SP. **Tese guia...** Peruíbe, SP: [s.n.], 10 - 12 ago. 2006.

_____: QAE [Quadro de Apoio Escolar] e QSE [Quadro da Secretaria de Educação]: juntos vamos educação, 19., 2008, Peruíbe/SP. **Tese guia...** Peruíbe, SP: [s.n.], 14 - 16 ago. 2008.

CONGRESSO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO: educação no centro das atenções: em defesa da escola pública, 25., 1995, Porto Alegre, RS. **Resoluções...** Porto Alegre, RS: [s.n.], 24-27 jan. 1995.

_____: construindo um plano nacional de educação democrático e emancipador, 26., 1997, Cuiabá, MT. **Resoluções...** Cuiabá, MT: [s.n.], 24 - 28 jan. 1997.

ENCONTRO NACIONAL DO DEPARTAMENTO DE FUNCIONÁRIOS DA EDUCAÇÃO, 4., 2001, Aracaju. **Relatório...** Aracaju: DEFE/CNTE, 15 - 17 mar. 2001.

ENCONTRO NACIONAL DE FUNCIONÁRIOS DA EDUCAÇÃO, 5., 2003, Peruíbe. **Deliberações finais...** Peruíbe, SP: DEFE/CNTE, 3 - 5 jul. 2003.

Defe, 15 years of history *What would be of Education without it?*

ABSTRACT: Considering the history of the struggle for the recognition of the education employees, this article goes through the insistent participation of these professionals to the construction of their identity, the victories led by the Departamento dos Funcionários da Educação (Department of Education Employees - DEFE), and through the construction of the Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (National Confederation of Workers in Education).

Keywords: School Employees. Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). Syndicalism. History of Brazilian Education. Professional

Defe, 15 años de historia *¿lo que sería de la educación sin él?*

RESUMEN: Considerando la historia de la lucha por el reconocimiento de los funcionarios de la escuela, el artículo muestra que su trayectoria va más allá de la insistente participación de esos profesionales para la construcción de su identidad, por las victorias lideradas por el Departamento de los Funcionarios de la Educación (Defe) y por la propia construcción de la Confederación Nacional de los Trabajadores de la Educación (CNTE).

Palabras-claves: Funcionario de Escuela. Confederación Nacional de los Trabajadores en Educación (CNTE). Sindicalismo. Historia de la educación brasileña. Identidad profesional.

Defe, 15 ans d'histoire *Quel serait l'éducation sans cette organisation?*

RÉSUMÉ: En considérant l'histoire de la lutte pour la reconnaissance des employés d'écoles, cet article montre que cette trajectoire passe par l'insistante participation de ces professionnels dans la construction de leur identité, par leurs victoires remportées par le Département des employés de l'Éducation (DEFE) et par la construction même de la Confédération Nationale des Travailleurs en Éducation (CNTE).

Mots-clé: Employés de l'école. Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). Syndicalisme. Histoire de l'éducation brésilienne. Identité professionnelle.